





função e objetivo, decorrente do Projeto de Reorganização dos Fluxos do SAJ (autos n. 0000182-59.2018.8.24.0600); e,

**g)** Rever as portarias recomendadas por outras padronizadas e completas nas áreas cível (abrangendo as competências de execução fiscal e dos juizados cíveis) e criminal (contemplando as competências de execução penal e dos juizados criminais).

Adicionalmente, destaca-se que as diretrizes igualmente merecem antever e mapear eventuais modificações decorrentes da possibilidade migração para o sistema eProc, que podem ensejar uma futura versão 3 (eProc).

### **3. Alinhamento Estratégico**

O objetivo deste projeto é convergente com a visão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no sentido de “ser reconhecido como um Judiciário eficiente, célere e humanizado”.

Ademais, cabe mencionar o alinhamento com os seguintes itens de atuação da gestão da Justiça Catarinense:

- Objetivos estratégicos: Serviços. Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva.

- Macroprocesso/Processo alvo da melhoria: Procedimentos internos. Racionalizar e padronizar os processos de trabalho, melhorar a produtividade e a qualidade das decisões judiciais.

E especificamente da CGJ:

- Objetivos estratégicos: Apoio e Orientação aos Magistrados e Servidores.

### **4. Objetivo Geral**

Os objetivos consistem nos seguintes:

- Institucionalizar e disseminar conhecimento;
- Introduzir a cultura do planejamento nos gabinetes de primeiro grau;
- Aumentar a produtividade dos magistrados primeiro grau;
- Atender as metas do CNJ relativamente ao julgamento de processos;
- Reduzir o tempo de conclusão dos processos em gabinete;
- Identificar e eliminar gargalos operacionais em gabinete;
- Difundir a gestão do lançamento de decisões no primeiro grau de jurisdição;



- Disseminar o método da Triagem Complexa pela assessoria;
- Estimular a especialização e aprimoramento das atividades; e,
- Reduzir o tempo de conferência e o retrabalho.

## 5. Premissas

- Engajamento da magistratura de primeiro grau.

## 6. Restrições

Eventual resistência teórica ou comportamental ao projeto.

## 7. Riscos

Baixo percentual de aproveitamento da ferramenta pela Magistratura.

## 8. Etapas

N.	Conteúdo	Meta
1	Rever o conteúdo do Provimento n. 3/2018.	14/09/2018
	Rever o conteúdo das diretrizes propriamente ditas.	14/09/2018
	Analisar a viabilidade de inserir a metodologia de Triagem Complexa.	14/09/2018
	Substituir a listagem de modelos por aqueles fornecidos pela instituição.	14/09/2018
	Verificar a conveniência e oportunidade de rever as sugestões de observações de fila por aquelas da metodologia de Triagem Complexa.	14/09/2018
	Rever as portarias recomendadas por outras padronizadas e completas nas áreas cível (abrangendo as competências de execução fiscal e dos juizados cíveis) e criminal (contemplando as competências de execução penal e dos juizados criminais).	12/10/2018
	Elaborar o texto final padronizado.	26/10/2018
	Lançar a versão 2 (SAJ) das Diretrizes de Gestão de Gabinetes, em formato PDF, com design gráfico adequado.	14/10/2018
	Registrar eventuais considerações para uma versão 3 (SAJ), para o caso de eventual migração de sistema de processo eletrônico.	16/11/2018

## 9. Principais Envolvidos

Envolvido	Cargo	Função no Projeto
Henry Petry Junior	Corregedor-Geral da Justiça	Patrocinador
Orlando Luiz Zanon Junior	Juiz-Corregedor	Gerente do Projeto
Diogo Vale da Silva	Assessor Correicional	Equipe do Projeto
Dayane Toniello	Assessora de Gabinete	Equipe do Projeto
Lúcio Airton Franzen	Assessor Correicional	Equipe do Projeto

## 10. Aprovações

**Henry Petry Junior**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Orlando Luiz Zanon Junior**  
Juiz-Corregedor do Núcleo II

**Gerente do Projeto**